

Educação antirracista pelos ativismos dos canais Spartakus Santiago e Papo de Preta

Anti-racist education through the activism of the channels Spartakus Santiago and Papo de Preta

Simonia Souza do Nascimento^{1*} , Paulo Alberto dos Santos Vieira^{2*} ,
Alessandra Ferreira Mota^{3*}

¹Secretaria de Estado e Educação (SEDUC-MT), Porto dos Gaúchos, MT, Brasil

²Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Programa de Pós-graduação em Educação, Cáceres, MT, Brasil

³Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), Campus Juína, MT, Brasil

COMO CITAR: NASCIMENTO, S. S.; VIEIRA, P. A. S.; MOTA, A. F. Educação antirracista pelos ativismos dos canais Spartakus Santiago e Papo de Preta. Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 19, esp. 3, e19428, 2024. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1942801>

Resumo

O estudo investiga a possibilidade de os canais Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) se tornarem ambientes formativos para a educação antirracista, com possíveis repercussões no estado de Mato Grosso. Utilizando uma abordagem qualitativa e métodos de pesquisa documental, a investigação emprega a técnica de análise temática, que faz parte do método de análise de conteúdo. Os resultados revelam que esses canais, devido às suas configurações políticas, promovem a aprendizagem e funcionam como ambientes formativos. Isso se deve ao fato de se alinharem com os principais documentos que regem a educação para as relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: ciberativismo; escola; identidade; lei 10.639/2003; *youtubers* negros.

Abstract

This study investigates the possibility of the youtube channels Spartakus Santiago (2007) and Papo de Preta (2015) becoming learning environments for anti-racist education, with possible repercussions in the state of Mato Grosso. Using a qualitative approach and methods of documentary research, the investigation employs the thematic analysis technique, which is part of the content analysis method. The results reveal that these channels, due to their political configurations, promote learning and function as learning environments. This is due to the fact that they align themselves with the main documents that govern education for ethnic-racial relations in Brazil.

Keywords: cyberactivism; school; identity; law 10,639/2003; black youtubers.

INTRODUÇÃO

A educação só pode ser considerada democrática se também for antirracista. Ignorar essa premissa constitui uma violação da Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional brasileira. Gomes (2023) argumenta que a educação é inerentemente política, guiada por escolhas e ações que promovem o bem-estar e a aprendizagem de todos, sem discriminação baseada em raça, cor, sexo ou outras formas de preconceito. Nesse sentido, a autora ressalta que o projeto político-pedagógico e o currículo escolar devem colocar o antirracismo como um eixo central, orientando toda a educação escolar conforme princípios democráticos. Legalmente, a educação antirracista está amparada e orientada pela Constituição Federal, pela a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE), pela Lei nº. 10.639/2003, pelo o Parecer 03/04 e pela Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, pelo *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes* e o *Estatuto da Igualdade Racial* (Lei nº 12.288/2010).

***Autor correspondente:** simonia.souza@unemat.br, vieira.paulo@unemat.br, alessandra.mota@unemat.br

Submetido: Julho 03, 202

Revisado: Agosto 09, 202

Aprovado: Setembro 17, 2024

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Disponibilidade de dados: Há material online para pesquisa no site do Programa de Pós-graduação em Educação da Unemat. Trabalho realizado na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, MT, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Compreende-se que, a opção de ignorar o antirracismo significa compactuar com a desigualdade racial que distancia negros e brancos no acesso e permanência na educação. Também representa negar o importante papel de proporcionar uma transformação positiva na vida dos estudantes, de modo a reverter os efeitos da colonização ocorrida por centenas de anos no Brasil.

Atualmente, as interfaces móveis e o acesso à internet na escola fazem da sala de aula um espaço híbrido de aprendizagem, consequentemente, as redes sociais podem ser pensadas como espaços formativos. Para Santos (2015, p. 40), ambiências formativas são aprendizagens desenvolvidas em espaços híbridos, envolvendo espaços físicos, virtuais e redes sociais. Estes ambientes permitem dinamizar as aulas ao associá-la à cultura digital e à realidade dos estudantes que é cada vez mais conectada. Dessa forma, questiona-se: os conteúdos compartilhados por *youtubers* negros engajados com a luta antirracista podem contribuir com a educação democrática?

Assim, emergiu o objetivo da pesquisa: investigar a possibilidade dos canais de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) se constituírem ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva da educação antirracista no Estado de Mato Grosso.

Justifica-se analisar o tema, visto que o desenvolvimento de pesquisas acerca da temática pode impactar, positivamente, na implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas à medida que possibilita pensar novos espaços formativos para a educação das relações étnico-raciais em contexto da cultura digital.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo da investigação, empregou-se a abordagem qualitativa, dado que conforme Denzin e Lincoln (2006, p. 17), ela é composta por práticas materiais e interpretativas, que posiciona o observador ao conferir visibilidade ao mundo. Quanto aos procedimentos, optou-se pela pesquisa documental, que de acordo com Lima Junior et al. (2021, p. 38) possibilita examinar e compreender documentos, tais como leis, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens e mídias sociais, entre outros, visando a obtenção de informações relevantes aos objetivos da pesquisa.

Tencionando analisar os dados oriundos da pesquisa, empregou-se a técnica categorial ou temática que faz parte do conjunto de técnicas que formam o método análise de conteúdo, visto que, conforme Laurence Bardin (1977, p. 31- 46) são aplicáveis a qualquer tipo de comunicação, quando possui a intenção de manipular mensagens para evidenciar indicadores que permitam inferir uma realidade que não está dada nos enunciados.

Em virtude disso, seguiu-se as seguintes etapas metodológicas: Na 1ª etapa realizou-se a pré-análise do material bruto, que se trata de uma avaliação preliminar dos vídeos, analisando seu contexto histórico, autores, interesses. Na 2ª etapa, organizou-se a exploração dos materiais, a partir da transcrição do conteúdo. Empregou -se também a leitura flutuante e constitui-se o corpus da pesquisa.

Na 3ª etapa, desenvolveu-se análise dos dados, a partir da seleção de sete unidades de contexto, que são, de acordo com Bardin (1977, p. 107) segmentos das mensagens, tais como parágrafos, ideias ou tema que interessam à pesquisa.

Quanto à escolha dos canais, preferiu-se ter criador negro(a), ser criador de conteúdo com mais de 3 anos de experiência, ter destaque no cenário nacional. E acerca da seleção dos vídeos, além de ser publicação dos canais Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007), ser publicizado dentro do recorte temporal de 2020 e contemplar a educação antirracista.

A escolha pelos conteúdos compartilhados no ano de 2020 deu-se por constituir-se como ano de intenso movimento antirracista no mundo, reação também à morte de George Floyd, 40 anos, por um policial branco em Minnesota, nos Estados Unidos, em 25 de maio de 2020. A ação repudiada internacionalmente também estimulou o engajamento a conteúdos antirracistas na plataforma do Youtube no Brasil. O **Quadro 1** ilustra a seleção dos canais e vídeos.

Quadro 1. Canais e vídeos selecionados para a pesquisa.

| Nome do vídeo | Nome do canal no YouTube |
|--|---------------------------|
| Racismo na literatura | Papo de Preta (2015) |
| Os filmes mais racistas da Disney | Papo de Preta (2015) |
| Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? | Papo de Preta (2015) |
| Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra | Spartakus Santiago (2007) |
| Porque Isabel não era fada sensata? - a verdade sobre a abolição e a lei áurea | Spartakus Santiago (2007) |
| O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala | Spartakus Santiago (2007) |

Fonte: Elaboração dos autores (2022).

Para investigar os vídeos, buscou-se analisar se os conteúdos compartilhados pelos *youtubers* alinham-se aos principais documentos que regulam a educação antirracista no país.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: HISTÓRIA, MEMÓRIA E ATIVISMOS

Ao tratar educação antirracista é fundamental compreender a diáspora africana, que é um processo que se iniciou pela migração imposta a homens e mulheres, passando pelo Oceano Atlântico e alcançando diversas partes do mundo, inclusive o Brasil. Para Gilroy (2001, p. 25), esse contexto permite observar diversas formas de vida interligadas por diferentes laços geográficos, culturais, linguísticos que se cruzam e se transformam. O que Hall (2006, p. 91-97) chama de fusão de culturas ou culturas híbridas.

A cultura híbrida não é estática, porque está sempre em transformação diante do contato com as diversas formas de vida. Na contramão dessa cultura, há no país, uma tentativa de criar uma identidade nacional, que ocorre quando um grupo é selecionado para estar no topo da pirâmide social, cultural, política, econômica e étnica, tornando-se referência em relação aos demais povos.

Hall (2006, p. 59-61) argumenta que, a identidade nacional é uma estrutura de poder que desconsidera as diferenças culturais, de classe, de gênero, raça para cumprir o propósito de unificá-las em torno de identidades culturais generificadas, um método que se efetiva a partir de um processo violento de dominação e supressão das culturas.

Para que uma identidade nacional sobreviva é preciso reforçá-la por meio da seleção da história, dança, música, religião, tradição, símbolos e demais elementos que ficarão registrados na memória coletiva. Nestas circunstâncias, as demais identidades sofrem as tentativas de esquecimento e aniquilação.

Ricœur (2007, p. 425-435) explica que o esquecimento ocorre pelo apagamento dos rastros da memória, que incluem os registros documentais, os escritos e as marcas psíquicas deixadas pelos eventos marcantes na vida das pessoas. Segundo o autor, há uma dinâmica entre memória e história, na qual a manipulação humana, por meio de mecanismos de poder, influencia a memória coletiva para selecionar a narrativa histórica a ser contada.

A memória é um instrumento poderoso na construção e representação das identidades, e, portanto, o controle sobre ela influencia profundamente a formação das identidades contemporâneas. Por exemplo, quando uma população é retratada repetidamente de forma negativa, isso pode legitimar a ação de grupos privilegiados que buscam apagar e eliminar os grupos oprimidos.

Nesse contexto, Bhabha (2005, p. 24) argumenta que uma cultura homogênea, contínua e transmitida de geração em geração está em constante processo de redefinição e deslocamento. Para alcançar essa homogeneidade, é necessário promover a morte simbólica e literal das diferenças.

Nesta arena de disputa, os Movimentos Negros brasileiros são os principais agentes de transformação social no que se refere a luta para assegurar os direitos da população negra. De acordo com Gomes (2017, p. 364) é um ator político, que educa a sociedade e o Estado produzindo novos conhecimentos sobre a educação para as relações étnico raciais. Nessas circunstâncias, as leis também são elementos importantes para garantir igualdade de direitos, oportunidades e o combate à discriminação, possibilitando o estado democrático.

No campo da educação, em 2003, a Lei 10.639, altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Nº 9.394/1996 e torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de Ensino. Para tornar efetivo o ensino regulamentado pela Lei, o Ministério da Educação e Cultura (Mec) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) criaram, em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes.

Atualmente o *YouTube* é a maior plataforma de vídeos do planeta, sendo que, o Brasil ocupa o 4º lugar em maior público no mundo, com uma audiência de 138 milhões de usuários. Com tamanho alcance, talvez haja a possibilidade de alguns grupos contribuírem com a educação para as relações étnico- raciais em Mato Grosso. Pensando nisso, buscou-se investigar se os canais Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) podem se constituir ambiência formativa na perspectiva da educação antirracista.

O estudo não tem pretensão de resolver os problemas quanto à implementação da Lei 10.639/2003 no Estado, pois busca investigar a possibilidade dos canais de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) se constituírem ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva da educação antirracista.

O canal *Spartakus Santiago*¹ foi criado em 13 de outubro de 2007 por Spartakus Santiago Fernandes Francisco, um baiano nascido em Itabuna, em 15 de maio de 1994.

Spartakus é *creator* de conteúdos, publicitário, formado em comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Em seu site², Spartakus Santiago (2007) declara-se gay, negro e nordestino que ama cultura pop, busca usar a arte de forma política para transformar a cultura e educar. Já o canal *Papo de Preta*³, no *YouTube*, surge a partir das inquietações de Maristela Rosa e Natália Romualdo ainda quando estudavam na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Papo de Preta (2015) foi inscrito na plataforma em 27 de setembro de 2015 e ao acessar o canal, os internautas observam a informação de que o espaço é definido pela palavra *representatividade* e existe para dar vez e voz à mulher negra, abordando, pelo olhar de duas mulheres negras, a cultura pop, cotidiano, beleza e sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos conteúdos dos vídeos de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) revelaram sete unidades de contexto que permitem pensá-los como ambiências formativas visando contribuir com a perspectiva da educação antirracista, em virtude de se alinharem às principais leis que regem a educação para as relações étnico-raciais.

Dessa forma, dedicou-se, nesta seção, a apresentação e discussão dessas unidades de registro, iniciando pelo principal código que compõem a comunicação, o conteúdo dos vídeos, que é o protagonista do engajamento, portanto, vale demonstrar, quais deles atraiu mais os internautas. Dos três vídeos selecionados do canal Spartakus Santiago (2007), um, em especial, instigou mais a atenção do público. O **Quadro 2** intui complementar a informação.

Como observado no quadro acima, o vídeo *Por que Isabel não era fada sensata?* foi, notoriamente, o conteúdo que mais chamou a atenção do público em geral, tanto no que

¹ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC34UfLml_CZ72VW7Y4Vibww. Acesso em: 03 de abril de 2023.

² Disponível em: <https://spartakus.com.br/> Acesso em: 03 de abril de 2023.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/@PapodePreta/about>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

Quadro 2. Métricas dos vídeos canal *Spartakus Santiago*.

| MÉTRICAS DOS VÍDEOS CANAL SPARTAKUS SANTIAGO | | | | |
|--|-------------------|---|----------|---|
| Nome do vídeo | Ano de publicação | Nº de visualizações na data de 30 abr. 2023 | Duração | Nº de Comentários na data de 30 abr. 2023 |
| O outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala | 12.mar.2020 | 14.563 | 9min 20s | 85 |
| Por que Isabel não era fada sensata? | 13.mai.2020 | 77.458 | 6min 31s | 959 |
| Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra | 10.nov.2020 | 16.051 | 6min 10s | 39 |

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados oriundos do canal Spartakus Santiago (2007))

concerne às visualizações, quanto ao número de comentários. No vídeo o *youtuber* discute que existe a construção de uma imagem idealizada, branca redentora, que em um ato de bondade libertou os escravizados. Segundo Spartakus, o ocorrido, na verdade, envolve pressão interna, marcada pelas revoltas dos escravizados e dos abolicionistas, bem como pressão externa, da Inglaterra. Spartakus Santiago (2007) argumenta que, na realidade, o que deveria representar a liberdade marcou o início de um processo desumano de desigualdade racial e social.

A primeira unidade de contexto, ocorre quando o conteúdo de Santiago, acerca da temática, auxilia a promoção de práticas pedagógicas antirracistas, em virtude de expor uma narrativa, sobre a data 13 de maio, como uma atualização das formas de exploração da população negra. Em contrapartida, evidencia o 20 de novembro como a data de morte de Zumbi, o líder do quilombo dos Palmares, que, conforme o *youtuber*, pode libertar mais que a Lei Áurea.

O tema envolve o que é proposto por Brasil (2004, p. 22) quando orienta que o ensino terá o propósito de divulgar a história do Brasil e a participação dos negros, nos âmbitos social, econômico e cultural. Também se aproxima do que prevê a Lei 10.639/2003 ao estabelecer que a data 20 de novembro, no Art. 79-B., seja incluída no calendário escolar como Dia Nacional da Consciência Negra.

No canal Papo de Preta (2015), o vídeo *Os filmes mais racistas da Disney* teve maior engajamento. O **Quadro 3** tenciona ilustrar os dados.

Quadro 3. Métricas dos vídeos canal *Papo de Preta*.

| MÉTRICAS DOS VÍDEOS CANAL PAPO DE PRETA | | | | |
|---|-------------------|---|-----------|---------------------------------------|
| Nome do vídeo | Ano de publicação | Nº de visualizações em 30. abr. de 2023 | Duração | Nº de Comentários em 30. abr. de 2023 |
| Racismo na literatura | 28.out.2020 | 9.967 | 14min34s | 361 |
| Os filmes mais racistas da Disney | 19.ago.2020 | 48.520 | 16min 29s | 971 |
| Já passou a época de se falar em racismo no Brasil? | 10. jul.2020 | 6.023 | 7min56s | 191 |

Fonte: Elaboração dos autores com base nos dados oriundos do canal Papo de Preta (2015).

O conteúdo que chamou tanta a atenção dos seguidores é desenvolvida pela análise de Natália Romualdo e critica os Filmes da Disney que manifestam racismo em seu conteúdo, estereotipando a população não-branca. Segundo a *creator*, Walt Disney Company lançou a plataforma de serviço *streaming* por assinatura Disney+ *Brasil*, onde a maioria de suas criações, mesmo aquelas racistas, a exemplo a Canção do sul (1946), Fantasia (1940), Dumbo (1941),

Pocahontas (1995) a Princesa e o sapo (2009) foram disponibilizados. Natália detalha cada cena de racismo explícito e revela que o único alerta de conteúdo racista, se trata da seguinte frase: “*programa é mostrado como criado originalmente e pode conter retrato culturais antiquados*”.

Esse conteúdo apresentado pela *Creator* é a segunda unidade de contexto, relaciona-se a meta descrita no artigo 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas, posto que, corrobora com a promoção da educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma sociedade democrática, uma vez que desloca representações negativas nos filmes da Disney.

O conteúdo do vídeo se relaciona ao que Hall (2006, p. 47-57) exemplificou acerca das identidades nacionais. Elas são imaginadas, não nascem com as pessoas, elas são formadas ao longo da vida por meio da representação, símbolos e discursos. Esse modo de construir sentidos influencia as ações e a forma de ver a si mesmo.

Acerca do vídeo o *Outro lado da representatividade - Sobre a série de Marielle e lugar de fala*, de Spartakus Santiago (2007) critica uma série que representa Marielle Franco, mas não emprega pessoas negras na direção ou autoria da obra. O *creator* questiona se isso de fato é uma representação positiva ou apenas uma estratégia para simular atitudes antirracistas.

Em 2010, a Lei nº 12.288/2010 instituiu *Estatuto da Igualdade Racial* que publica as diretrizes destinadas a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Em seu capítulo VI, artigo 43 trata os meios de comunicação e regulamenta a organização e funcionamento das produções de filmes e programas de televisão para que sejam conferidas oportunidades iguais, vedando qualquer tipo de discriminação.

Diante disso, constata-se a terceira unidade de contexto, em que o jovem Spartakus não faz apenas uma crítica, seu conteúdo é provocativo, soando mais como uma denúncia de uma prática irregular e discriminatória contra os diretores negros. Retrata a noção de representação simbólica, que se manifesta, entre outras formas, no modo como as empresas brasileiras utilizam a imagem de pessoas negras na publicidade, porém não as empregam em cargos de liderança. O *youtuber* chama este fenômeno de performance, um produto da mídia que esvazia a luta antirracista e visa mascarar a manutenção da subalternização de pessoas negras.

Representar significa empregar a linguagem para apresentar, descrever, retratar, em outras palavras, construir uma imagem sobre o mundo a alguém. Esta apresentação pode gerar um significado positivo ou negativo, a depender dos interesses do indivíduo ou instituição que possuem o poder para representar os membros de uma cultura (Hall, 2016, p. 31-33).

Quanto ao vídeo *Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra*, Spartakus Santiago compartilha um arquivo da dissertação intitulada *UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*. O publicitário explica, brevemente, como as Unidade de Polícia Pacificadora (UPPs) fortalecem o Estado penal e circunscreve a população pobre e negra nos guetos e prisões.

O conteúdo apresentado por Spartakus Santiago no vídeo *Como pensava Marielle Franco? - Especial consciência negra*, em que divulga a história de Marielle Franco, socióloga, ativista e política brasileira, símbolo internacional pela luta por igualdade de direitos e combate à violência contra a população negra é a quarta unidade de contexto.

Vai ao encontro do que proposto nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* (Brasil, 2004, p. 22) em que, explicita que o ensino se fará por diferentes meios, com vistas à divulgação e estudo da participação dos africanos e de seus descendentes em episódios da história do Brasil, na construção econômica, social e cultural da nação, destacando-se a atuação de negros em diferentes áreas do conhecimento, de atuação profissional, de criação tecnológica e artística, de luta social.

Já o vídeo *Racismo na literatura*, que está disponível no canal *Papo de Preta*, é apresentado por Natália Romualdo e traz para o debate estereótipos presentes em obras clássicas da literatura brasileira, dado que, muitas delas, de acordo com a youtuber, fazem parte do currículo do Ensino Médio. A *influencer* cita as seguintes obras e autores: *Sítio do Picapau Amarelo* (Monteiro Lobato), *Fragmentos escritos* (Fernando Pessoa) *Casa Grande e Senzala* (Gilberto Freyre), *A Escrava Isaura* (Bernardo Guimarães) e *O Cortiço* (Aluísio Azevedo). Segundo a jornalista, para além de realizar a leitura dos autores é preciso desconstruir essas narrativas racistas juntamente dos estudantes, buscando uma literatura que represente, positivamente, a população negra e indígena.

Para Bhabha (2005), o discurso do colonizador fixa a alteridade numa representação imutável, desordenada, contínua e demoníaca. O colonizado é apresentado como degenerado com base nos traços fenotípicos, justificando a dominação e exploração. A intervenção nesse jogo de interesses e poder deve ser deslocado do ato de reconhecer imagens positivas ou negativas para a compreensão dos processos de subjetivação tornados possíveis por meio do discurso do estereótipo.

Esses rótulos são criados e perpetuados socialmente por meio da linguagem, sendo transmitidos de geração em geração. Dessa forma, os estudantes negros frequentemente são representados por estereótipos que os inferiorizam, enquanto os brancos são retratados como superiores. Esse processo contribui para a reprodução do racismo e da discriminação. Assim, discutir essas obras é fundamental para abordar tanto o passado quanto o presente, pois permite questionar as representações da alteridade e analisar o exercício do poder colonial.

O presente é formado por uma trama complexa que se inicia no passado, logo, esse mergulho histórico torna-se inevitável. Percebe-se neste vídeo, a quinta unidade de contexto, dado que segundo Brasil (2004, p. 20), o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias.

Há uma forte relação entre o presente e o passado no que se refere aos clássicos citados por Natália Romualdo no vídeo *Racismo na literatura*, posto que, os livros fazem parte dos acervos escolares e são obras recomendadas por vestibulares, portanto essas passagens racistas afetam diretamente a todos os estudantes.

Ainda no mesmo vídeo, pontuou-se a sexta unidade de contexto, pois o canal *Papo de Preta* (2015) promove a pluralidade ao incentivar a leitura de autores negros, uma prática que alinha-se ao proposto pela Lei 10.639/2003 no artigo A, que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e acrescenta, no parágrafo 2º, que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial de Literatura.

A literatura é uma estratégia, dos escritores negros, de confrontar formas de racionalidade que se apoiam no terror sistemático do passado para administrar o poder político, cultural, econômico. A mudança que está acontecendo, promovida pelos movimentos sociais, rumo a hibridez e às memórias do racismo, tem um valor legítimo, no sentido de propiciar um novo tipo de política, em que o centro não será mais a questão racial, mas sim, o desenvolvimento justo e sustentável como forte resposta ao poder absolutista (Gilroy, 2001, p. 406 - 415).

O canal *Papo de Preta* (2015) explora as relações de poder na literatura e nas mídias, destacando como a hegemonia branca determina o quanto do tema do racismo é abordado. Na sétima unidade de contexto, Maristela Rosa, no vídeo *Já passou a época de se falar em racismo no Brasil?*, critica a atuação de indivíduos, meios de comunicação tradicionais e mídias sociais, que, orientados pelo eurocentrismo, frequentemente negligenciam o racismo no Brasil. Contudo, após o trágico assassinato de George Floyd em 25 de maio de 2020, esses mesmos meios procuram pessoas negras para discutir o tema.

O reconhecimento da importância de se tratar o tema é pontual, desconsiderando a constante falta de visibilidade e oportunidade desses grupos, bem como o frequente genocídio da população negra no país. A abordagem dada pelas mídias brasileiras se compromete mais

em aumentar a audiência em momentos específicos, do que com a efetiva responsabilidade com a pauta antirracista.

Quando os *youtubers* estimulam mudanças de percepção acerca da compreensão das relações raciais desiguais de poder, criam em seus canais espaço de ambiência formativa informal, contribuindo com a educação antirracista em ambientes escolares. Conforme Santos (2015, p. 38), compreende-se como ambiência formativa as aprendizagens criadas em processos colaborativos, os quais perpassam as fronteiras do tempo e espaço físicos da sala de aula presencial e digitais, das redes sociais como o *YouTube*.

Os vídeos analisados buscam desconstruir o mito da democracia racial, ideia que nega a existência de racismo no Brasil, para isso, geralmente, não citam as leis que regulam a educação antirracista, não se aprofundam, teoricamente sobre o tema, mas trazem elementos capazes de auxiliar a compreensão das relações raciais de poder que atuam na manutenção do racismo brasileiro.

Espaços formativos como os canais de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) além de retratarem a realidade, trazem elementos de análise que, muitas vezes, não circulam nas salas de aula. O olhar politizado dos *youtubers* revelam hierarquias, relações de poder as quais têm assegurado a manutenção do racismo, diante disso, suas interpretações favorecem novas leituras sobre as relações étnico-raciais.

O ativismo dos canais é cuidadosamente planejado e intencional, desde a definição de objetivos até as estratégias comunicativas, com o intuito de tornar o conteúdo acessível, rápido e simples. Esse trabalho é orientado e avaliado com base nas métricas fornecidas pela plataforma do YouTube, que ajudam a determinar quais estratégias geram maior engajamento. A combinação desses recursos e ferramentas ressoa bem com o público jovem, pois os vídeos são dinâmicos, curtos e diretos, contrastando com as aulas formais, que tendem a ser mais longas e centradas na figura do educador como principal comunicador.

Os vídeos produzidos pelos *youtubers* criam uma dimensão educativa ao serem planejados especificamente para dialogar com o público jovem. Cada elemento da comunicação, linguagem corporal, visual, sonora e o tempo dos vídeos, é estrategicamente elaborado para este público. Esses fatores podem ser aproveitados para apoiar práticas educativas de professores dedicados à implementação da Lei 10.639/2003 e à promoção da emancipação juvenil por meio da educação democrática e antirracista.

Vale ressaltar que o conteúdo desses canais não substitui uma aula formal, que, conforme a legislação, deve ser ministrada por um professor com formação em licenciatura. A educação formal segue um conjunto organizado e sistemático de conteúdos, planejados pela comunidade escolar e conforme com os documentos que regem as instituições de ensino. De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a educação engloba os processos formativos que ocorrem na vida familiar, na convivência social, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, em movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Por outro lado, a educação escolar se desenvolve predominantemente por meio do ensino formal em instituições especializadas.

Dessa forma, os vídeos dos canais selecionados para esta pesquisa têm um valor formativo significativo ao complementar e estimular reflexões sobre a educação para as relações étnico-raciais, gerando um alto engajamento entre os internautas. No entanto, eles não substituem o papel dos educadores na implementação da Lei 10.639/2003 e na promoção de uma educação antirracista dentro das instituições de ensino.

A pesquisa identificou duas lacunas importantes que dificultam o acesso aos vídeos analisados. Primeiramente, a exclusão digital representa um obstáculo significativo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022, p. 10) indicam que, em 2021, 15,3% da população de 10 anos ou mais no Brasil não utilizava a internet. Entre os estudantes, há 3,6 milhões de pessoas sem acesso à internet por diversos motivos, sendo a principal a falta de condições financeiras para arcar com o custo do serviço.

O segundo ponto é o algoritmo racista. Conforme Silva (2019, p. 02-03), os algoritmos operam por meio de processos invisíveis, como recursos automatizados, reconhecimento facial e processamento de imagens. Nesse contexto, a falta de neutralidade dos algoritmos reforça uma visão de mundo eurocêntrica, perpetuando relações desiguais de poder. Além disso, como os algoritmos influenciam a sugestão e definição de conteúdos, e considerando que os youtubers dos canais Papo de Preta (2015) e Spartakus Santiago (2007) são de origem negra, há uma possibilidade de que eles não sejam amplamente conhecidos por muitos educadores.

RESSONÂNCIAS REGIONAIS: O ESTUDO EM MATO GROSSO

Mato Grosso é um estado localizado na região Centro-Oeste do Brasil. De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do estado alcançou 3.658.649 habitantes neste ano. Dentre esses habitantes, 56% se declararam pardos e 9,86% se identificaram como pretos, totalizando assim 65,86% da população negra. Esses dados sugerem que estudos antirracistas têm um potencial significativo para ressoar na região, influenciando as percepções sobre o tema.

Nesse sentido, os canais Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) podem constituir ambientes formativos valiosos para a educação democrática antirracista. Isso se alinha com o que Mato Grosso (2018, p. 74) enfatiza ao afirmar que a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais deve ser implementada por intermédio dos conteúdos estabelecidos pela Lei 10.639/03. Além disso, essa promoção deve abranger todas as etapas e modalidades de ensino, sendo integrada a todos os componentes curriculares e áreas do conhecimento.

Ao dialogar com os Documentos de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT), os canais analisados têm o potencial de enriquecer os currículos e promover práticas pedagógicas mais dinâmicas. Isso pode contribuir para a efetiva implementação das normativas estabelecidas e evidenciar a necessidade de reformulação na formação para a educação antirracista. Além disso, as estratégias comunicativas empregadas pelos youtubers podem inspirar outros influenciadores a abordar as diferenças regionais do estado e a estimular o debate sobre as relações de poder relacionadas à questão racial.

Parcela das reflexões aqui apresentadas foram amadurecidas no âmbito do Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior (Grafite/CNPq) e de pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tendo como sujeitos da pesquisa estudantes da Escola Estadual José Alves Bezerra, localizada no município de Porto dos Gaúchos/MT.

Corroborando as hipóteses expressadas ao longo deste artigo, a pesquisa apontou que, tomando por referência a mencionada escola pública em Mato Grosso parece ser acertado afirmar que,

Os resultados da análise dos canais revelaram que a configuração política dos canais de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) na plataforma do Youtube estão alinhados à educação antirracista em dois aspectos: primeiro, pelo compromisso com o previsto no artigo 1º da Constituição Federal, que trata dos princípios fundamentais da cidadania e da dignidade da pessoa humana [...] E segundo, por estimular a formação de uma sociedade democrática, logo, antirracista, por meio da criação de conteúdo para a reeducação para as relações étnico-raciais (Nascimento, 2023, p. 156).

Parte-se da premissa que o alcance da pesquisa precisa ser ampliado, porém importa reter que mesmo para uma escola pública, localizada no interior de Mato Grosso, em um município com menos de 10.000 (dez mil) habitantes, é possível perceber que, apesar dos percalços para a plena implementação da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003), a agência do Movimento Negro ao contribuir para a mudança de rumos na agenda da política nacional de educação faz da educação para as relações étnico-raciais e do antirracismo elementos transformadores e impactantes nas realidades educacionais, seja de Mato Grosso, seja do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil não é um paraíso racial, onde todos os grupos étnicos convivem em harmonia, pois há uma forte disputa entorno da memória, história, cultura e identidade coletiva. Tais embates estão presentes nas salas de aula e impactam, diretamente, no ensino e aprendizagem dos estudantes. Conscientes disso, os movimentos negros, engajados e comprometidos com os direitos da população, buscam assegurar um conjunto de leis que regem a educação democrática e antirracista no país.

Ao considerar a importância da legislação para a educação das relações étnico-raciais e o alcance da plataforma *YouTube*, desenvolveu-se uma análise documental para investigar se os canais de Spartakus Santiago (2007) e Papo de Preta (2015) podem se constituir ambiência formativa na perspectiva da educação antirracista.

A análise dos conteúdos dos vídeos revelaram sete unidades de contexto que permitem pensá-los como ambiências formativas, visando contribuir com a perspectiva da educação antirracista, em virtude de alinharem-se aos principais documentos que regulam a educação antirracista, tais como, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº. 10.639/2003, o Parecer 03/04 e a Resolução 01/04, do Conselho Nacional de Educação, que instituem as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010).

Ambos os canais são geridos por criadores jovens com formação em comunicação e experiência na criação de conteúdo digital, além de serem guiados por uma perspectiva politizada sobre a educação para as relações étnico-raciais. Essas características tornam-nos elementos valiosos para complementar práticas pedagógicas antirracistas.

Eles planejam seus discursos para conectar o presente com o passado, promovendo novas leituras sobre a questão racial. Assim, esses canais funcionam como ambientes formativos que favorecem práticas educativas democráticas, incentivando o questionamento das relações raciais de poder e o combate ao racismo, o que contribui para a emancipação da população negra.

Esses criadores têm o potencial de influenciar a construção de identidades e diferenças, que são moldadas por grandes disputas sociais. Esse impacto ocorre quando os canais desestabilizam e desnaturalizam hierarquias raciais, subvertem e questionam relações de poder, e estimulam a produção e representação de novos significados identitários e culturais.

No entanto, é importante destacar que a atuação política e educativa dos youtubers não substitui o papel dos educadores formais, uma vez que não envolve a estruturação formal do sistema educativo. A escola deve seguir os princípios e fundamentos estabelecidos pelo Parecer 03/04, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, com o objetivo de planejar, executar e avaliar as atividades pedagógicas.

Em Mato Grosso, a utilização desses canais pode enriquecer o currículo escolar, evidenciar a necessidade de reformular a formação de professores para a implementação das Diretrizes Curriculares de Mato Grosso (DRC-MT), e estimular o engajamento de influenciadores com a temática. Além disso, pode fomentar a discussão sobre relações raciais, promovendo um debate mais amplo e relevante.

A pesquisa identifica duas limitações para o uso dos vídeos como apoio na implementação das legislações e diretrizes para a educação antirracista: a desigualdade digital e o algoritmo racista. Ambos representam áreas que merecem investigação futura, pois a população negra está entre os grupos mais afetados por esses problemas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://ia802902.us.archive.org/8/items/bardin-laurence-analise-de-conteudo/bardin-laurence-analise-de-conteudo.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 28 de mar. 2022

BRASIL. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 26 jun. 2021

DENZIN, N. K; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GILROY, P. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2001

GOMES, N. L. **Educação democrática antirracista: uma escolha política**. 2023. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/blog/educacao-democratica-antirracista-uma-escolha-politica/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. e192237, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wcPLnhyn3RsrkMKnQvXLTS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. **Cultura e representação**. Tradução Daniel Miranda, William Oliveira. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o_-_2016.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>. Acesso em: 02 fev. 2023.

LIMA JUNIOR, E. B. *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/issue/view/145>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso: Concepções para a Educação Básica**. Cuiabá: Governo de Mato Grosso, 2018.

NASCIMENTO, S. S. **Educação antirracista e interfaces digitais: redes sociais e salas de aula em Mato Grosso**. 2023. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2023. Disponível em: <https://caceres.unemat.br/faculdades/facel/stricto/ppgedu/dissertacao-e-tese>. Acesso em: 26 set. 2024.

PAPO DE PRETA. 2015. **Página inicial do Canal Papo de Preta no YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/papodepreta>. Acesso em: 03 abr. 2021.

RICÉUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, R. **Formação de Formadores e Educação Superior na cibercultura: itinerâncias de Grupos de Pesquisa no Facebook**. 2015. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.proped.pro.br/teses/teses_pdf/2010_1-505-DO.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021

SILVA, T. Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS – ASSIMETRIAS E (IN)VISIBILIDADES: VIGILÂNCIA, GÊNERO E RAÇA 4., 2019. Anais [...]. Castanhal: IFPA, 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SPARTAKUS SANTIAGO. 2007. **Página inicial do Canal Spartakus Santiago no YouTube**. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC34UfLmL_CZ72VW7Y4Vibww. Acesso em: 03 abr. 2021.

Contribuições dos autores

SSN: Balanço de produção, Pesquisa documental, Coleta, Análise e discussão dos dados, Escrita e revisão textual. AFM: Balanço de produção, Coleta, Análise e discussão dos dados, Escrita e revisão textual. PAVS: Pesquisa bibliográfica, Escrita e revisão textual, Normas da ABNT, Elaboração da metodologia, Análise e discussão dos dados oriundos da pesquisa.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira